

Nota sobre a população activa agrícola do sexo feminino, segundo o Recenseamento e segundo o Inquérito Permanente ao Emprego : em busca de 300 000 mulheres

Com a publicação do volume global dos resultados definitivos do Recenseamento Geral da População de 1981 (Censo) torna-se possível confrontar os novos dados sobre população total e activa com aqueles que eram anteriormente utilizados, nomeadamente os fornecidos pelo Inquérito Permanente ao Emprego do INE (IPE). Esta nota faz esse tipo de comparação, debruçando-se em particular sobre as diferenças encontradas para a população activa feminina na agricultura.

Os dados destas duas fontes são, em geral, comparáveis, mas deve-se ter em atenção que se trata de instrumentos estatísticos de natureza diferente. O Censo cobre, teoricamente, toda a população, inquire sobre muitos aspectos da vida das pessoas e o boletim de resposta é normalmente preenchido pelos recenseados. O IPE é um inquérito por amostragem, incide especialmente sobre a situação profissional e os boletins são preenchidos por agentes do INE, os quais podem obter esclarecimentos adicionais, assegurando assim respostas mais correctas quanto à situação na profissão. Note-se ainda que, para obter os dados agregados, os resultados parciais da amostra do IPE são ponderados por uma estimativa da estrutura da população por sexo e idades. Antes de os dados do Censo de 1981 estarem disponíveis, essa estrutura era estimada a partir de múltiplas fontes, incluindo os Censos de 1960 e 1970, os recenseamentos eleitorais e os dados sobre nascimentos, óbitos e emigração. Nestas condições, os resultados globais do IPE estão muito dependentes da fiabilidade da estimativa autónoma da estrutura populacional.

O quadro n.º 1 apresenta os dados globais respeitantes à população residente¹. No Censo, a população residente total é menor do que no IPE (menos 143 000, 1,5 %), devido a ser mais reduzida a população feminina (menos 156 000). A magnitude é portanto menor e a estrutura por sexos indica uma percentagem de mulheres ligeiramente mais baixa. No entanto, estas diferenças não reflectem diferenças uniformes e na mesma direcção

¹ Nesta nota, os dados do IPE para o 1.º semestre de 1981 são sempre tomados como termo de comparação, por serem aqueles de que anteriormente se dispunha para o período do Censo de 1981 (16 de Março de 1981).

nos grupos etários. Na população de 14 e menos anos, a magnitude é menor (menos 111 000, 4,5 %), mas a estrutura por sexos praticamente idêntica (49,0 % de mulheres no Censo e 48,7 % no IPE). Já para a população de 15 e mais anos, a magnitude é quase a mesma (menos 32 000, 0,5 %) e a estrutura por sexos ligeiramente diferente (52,7 % contra 54,0 %).

Portugal continental: população residente segundo o Censo e segundo o IPE (1981)

[QUADRO N.º 1]

		Censo		IPE		Diferença	Índice
		10 ³	Porcentagem	10 ³	Porcentagem	10 ³	10 ³
		(1)	(2)	(3)	(4)	(1) - (3)	(3) = 100
População residente	HM	93 337	100,0	9 480	100,0	- 143	98,5
	H	4 502	48,2	4 489	47,4	+ 13	100,3
	M	4 835	51,8	4 991	52,6	- 156	96,8
População residente de 14 e menos anos	HM	2 359	100,0	2 470	100,0	- 111	95,5
	H	1 204	51,0	1 266	51,3	- 62	95,1
	M	1 155	49,0	1 204	48,7	- 49	95,9
População residente de 15 e mais anos	HM	6 978	100,0	7 010	100,0	- 32	99,5
	H	3 298	47,3	3 223	46,0	+ 75	102,3
	M	3 680	52,7	3 787	54,0	- 107	97,2

Notas:

O Censo refere-se a 16 de Março de 1981 e os dados do IPE foram retirados do inquérito respeitante ao 1.º semestre de 1981.

HM = homens e mulheres; H = homens; M = mulheres.

Fontes: INE, Inquérito Permanente ao Emprego, II série retrospectiva (1974-81), e INE, XII Recenseamento Geral da População (1981).

Mas o facto de o Censo indicar menos 107 000 mulheres de 15 e mais anos do que o IPE não chega para explicar discrepâncias de maior vulto que se encontram para a população activa. Segundo o Censo, a população activa com profissão incluiria menos 281 000 pessoas do que se pensava segundo o IPE (ver quadro n.º 2). Esta diferença resulta basicamente de terem sido recenseadas menos 341 000 pessoas na agricultura, o que, por sua vez, resulta de terem sido recenseados menos 335 000 trabalhadores agrícolas não remunerados do sexo feminino. Por isso, a percentagem da agricultura na população activa com profissão seria de 18,1 % segundo o Censo, bastante menos do que os 25,4 % dados pelo IPE. Note-se, no entanto, que esta comparação não é inteiramente válida. Na população activa incluem-se pessoas com 10 e mais anos no IPE e apenas pessoas com 12 e mais anos no Censo. Além disso, a categoria de emprego não remunerado do IPE inclui familiares e outros não remunerados, enquanto no Censo só é identificável como cobrindo apenas trabalhadores não remunerados a categoria (mais restrita) de familiares não remunerados².

² No Censo, a categoria de activos inclui uma subcategoria de «outros», onde poderiam estar trabalhadores não familiares não remunerados, mas onde os quantitativos são muitos reduzidos.

Portugal continental: população activa com profissão (total e na agricultura), segundo o Censo e segundo o IPE (1981)

[QUADRO N.º 2]

	Censo	IPE	Diferença
	10 ³ (1)	10 ³ (2)	10 ³ (1) — (2)
População activa com profissão — total HM	3 680	3 961	— 281
Na agricultura HM	665	1 006	— 341
Total homens H	411	463	— 52
Total mulheres M	254	543	— 289
Remuneradas (a) M	206	160	+ 46
Não remuneradas (b) M	48	383	— 335
Percentagem da agricultura na população activa com profissão HM	18,1 %	25,4 %	—

Notas:

A população activa cobre as idades de 12 e mais anos no Censo e de 10 e mais anos no IPE.
(a) Para os dados do Censo inclui uma categoria de «outros activos», de reduzido quantitativo, mas onde poderá estar emprego não remunerado não familiar.

(b) Para os dados do Censo corresponde aos «familiares não remunerados», por, na fonte, não serem discriminados outros activos não remunerados.

Fontes: as mesmas que as do quadro n.º 1.

Para detectar a origem do «desaparecimento» das cerca de 300 000 mulheres activas, nomeadamente activas agrícolas não remuneradas, elaborou-se o quadro n.º 3, onde se eliminam os efeitos das diferenças nas fontes, quer quanto à definição de idades potencialmente activas, quer quanto à magnitude da população feminina. Para atingir o primeiro objectivo, consideram-se apenas as idades de 15 e mais anos (separando os grupos etários de 15 a 64 e 65 e mais). Para o segundo objectivo utilizou-se a estrutura, e não os valores absolutos do IPE. A partir dessa estrutura calcularam-se os valores que o IPE apresentaria para uma população feminina igual à do Censo (coluna 4). A diferença entre estes valores e os do Censo (coluna 5) representa o efeito das diferenças de estrutura para uma mesma magnitude da população.

Para o primeiro grupo etário, a estrutura é muito diferente. A percentagem do emprego não remunerado e do desemprego é menor no Censo do que no IPE (menos 11 e menos 3,4 pontos, correspondendo a menos 333 000 e menos 105 000, respectivamente), o que só parcialmente é compensado pelo maior peso do emprego remunerado (mais 4,1 pontos, correspondendo a mais 125 000). Daí uma «transferência» no montante de 10,3 pontos percentuais (correspondendo a 312 000) das activas para as não activas, em particular para domésticas e para outras não activas (subcategoria na qual se destacam, pelo seu peso no Censo, as incapacitadas para o trabalho).

Esta diferença de estrutura nas idades de 15-64 explica, só por si, grande parte das cerca de 300 000 activas «desaparecidas». De facto, pode usar-se a hipótese extrema de admitir que os activos não familiares não remunerados estejam nos outros activos, incluídos no emprego remunerado no quadro n.º 3. Neste caso, dos 11 % a menos no emprego feminino não remunerado (menos 333 000), no máximo 4,1 pontos (125 000) estariam no emprego remunerado, mas os restantes 7,1 estão seguramente na popu-

lação não activa. Esta última percentagem representa, para a população feminina deste grupo etário dada pelo Censo, cerca de 210 000 mulheres.

Para o segundo grupo etário (65 e mais anos) verifica-se igualmente que a percentagem da população (feminina) não activa é mais reduzida no Censo, agora devido ao mais reduzido peso tanto do emprego remunerado como do não remunerado. Além disso, a «transferência» efectua-se não para as domésticas, mas antes para a categoria de «outros não activos», muito prova-

Portugal continental: população do sexo feminino com 15 e mais anos, segundo o Censo e segundo o IPE (1981)

[QUADRO N.º 3]

	Censo		IPE — Perce- ntagem	Segundo estrutura do IPE — 10 ³	Diferença (1) — (4) — 10 ³	
	10 ³ (1)	Perce- ntagem (2)				
<i>15 a 64 anos</i>						
População total	M	3 043	100,0	100,0	3 043	0
População activa	M	1 371	45,1	55,3	1 683	— 312
Empregada	M	1 220	40,1	46,9	1 427	— 207
Remunerada (a)	M	1 168	38,4	34,3	1 043	+ 125
Não remunerada (b)	M	52	1,7	12,7	385	— 333
Desempregada	M	151	5,0	8,4	256	— 105
População não activa	M	1 672	54,9	44,7	1 360	+ 312
Domésticos	M	1 180	38,8	31,1	946	+ 234
Estudantes	M	186	6,1	6,2	189	— 3
Outros	M	306	10,0	7,4	225	+ 81
Reformados, etc.	M	72	2,4	—	—	—
Incapacitados	M	175	5,7	—	—	—
Outros	M	59	1,9	—	—	—
<i>65 e mais anos</i>						
População total	M	637	100,0	100,0	637	0
População activa	M	21	3,4	7,9	50	— 29
Empregada	M	21	3,4	7,9	50	— 29
Remunerada (a)	M	20	3,2	4,4	28	— 8
Não remunerada (b)	M	1	0,2	3,5	22	— 21
Desempregada	M	0	0	0	0	0
População não activa	M	615	96,6	91,9	586	+ 29
Domésticos	M	81	12,8	22,9	146	— 65
Estudantes	M	0	0	0	0	0
Outros	M	534	83,8	69,1	440	+ 94
Reformados, etc.	M	418	65,6	—	—	—
Incapacitados	M	36	5,6	—	—	—
Outros	M	80	12,6	—	—	—

Notas:

A coluna 4 obtém-se multiplicando as percentagens da coluna 3 pelo total da população do respectivo grupo etário dada pelo Censo (topo da coluna 1 para cada grupo etário).

(a) Para os dados do Censo inclui uma categoria de «outros activos», de reduzido quantitativo, mas onde poderá estar emprego não remunerado não familiar.

(b) Para os dados do Censo corresponde aos «familiares não remunerados, por na fonte não serem discriminados outros activos não remunerados.

Fontes: as mesmas que as do quadro n.º 1.

velmente para a subcategoria de reformados e aposentados, tendo em vista o seu elevado peso nos dados do Censo. Portanto, também aqui se encontra uma «transferência» de activas não remuneradas para não activas, embora o número absoluto envolvido seja pequeno.

Em conclusão, os dados do Censo levantam dois tipos de questões, quando comparados com os do IPE. Em primeiro lugar, a magnitude da população, tanto masculina (que é ligeiramente maior no Censo), como feminina (que é menor no Censo). A este respeito pouco se pode avançar. Parece natural que os recenseamentos gerais de populações pequem mais por defeito do que por excesso. Além disso, não se vê nenhuma razão evidente para que tal pecado se aplique mais às mulheres do que aos homens. Por isso, é provável que o IPE subestime ligeiramente a população total masculina e a sua percentagem no total da população.

A segunda questão é a da população activa, que no Censo aparece desfalcada de cerca de 300 000 pessoas, por via do desaparecimento de um número ainda maior de activas agrícolas não remuneradas. Uma parte da explicação reside no próprio facto de a população feminina em idade activa, de acordo com o Censo, ser menor. Outro elemento explicativo (porventura o mais importante) está na estrutura quanto à actividade económica, porque, como se viu acima, no Censo aparecem nas inactivas muitas mulheres que no IPE são dadas como activas não remuneradas. O método de inquirição pode ser a razão principal desta diferença. No preenchimento dos boletins de recenseamento feito pelos próprios inquiridos, os activos não remunerados (de que a maior parte serão as domésticas agrícolas) tenderão a desvalorizar a ocupação de que auferem proveitos materiais e a autotransformar-se domésticos, enquanto o inquiridor do IPE pode detectar uma actividade económica e classificar em activo não remunerado. Pela mesma razão, é natural que as domésticas agrícolas de 65 e mais anos auferindo pensão de reforma, mas que mantêm suas actividades agrícolas, estejam classificadas como reformadas no Censo e como activas não remuneradas no IPE³.

³ Em artigo publicado neste número de *Análise Social* utilizo os dados do IPE de 1974 para estimar em cerca de 300 000 o número de activas agrícolas não remuneradas que não estavam incluídas nos dados do emprego do Ministério do Trabalho. Se o raciocínio exposto nesta nota for válido, então o procedimento adoptado no referido artigo mantém-se igualmente válido.